

*Supremo Tribunal Federal*

Coordenadoria de Análise de Jurisprudência  
DJe nº 20 Divulgação 31/01/2011 Publicação 01/02/2011  
Ementário nº 2454 - 3

07/12/2010

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NA MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 102.191 RIO  
DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
EMBTE.(s)	: ALVARO MEDINA LOUZADA
ADV.(A/S)	: MARIA EMÍLIA LOUZADA
EMBDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: HABEAS CORPUS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO DOS ARGUMENTOS DA DEFESA PRÉVIA PELO JUÍZO. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA DEPOIS DO INTERROGATÓRIO. CONHECIMENTO DA TESE DEFENSIVA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS PROVIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. O recebimento da denúncia ocorrido depois do interrogatório, além de não trazer prejuízo para a defesa, demonstra que o juízo conheceu da tese defensiva e, ainda assim, concluiu pela idoneidade da peça acusatória.

2. Embargos providos tão somente para suprir a omissão do acórdão. Ausentes efeitos infringentes.

## ACÓRDÃO

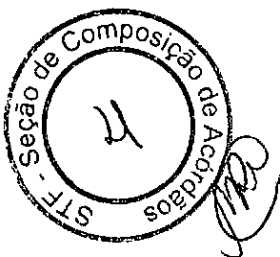
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração, nos termos do voto do relator.

Brasília, 07 de dezembro de 2010

Ministro JOAQUIM BARBOSA

Relator

Documento assinado digitalmente



07/12/2010

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NA MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 102.191 RIO  
DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
EMBTE.(s)	: ALVARO MEDINA LOUZADA
ADV.(A/S)	: MARIA EMÍLIA LOUZADA
EMBDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Trata-se de embargos de declaração contra o acórdão denegatório proferido por esta Turma.

O embargante alega omissão do acórdão, relativamente à alegação de que o juiz da ação penal de origem não apreciou os termos da defesa prévia apresentada pela defesa.

Alega a “nulidade do procedimento por ausência de apreciação da defesa prévia” (fls. 220).

É o relatório.

07/12/2010

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NA MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 102.191 RIO DE JANEIRO

## VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Senhores Ministros, reconheço a omissão do acórdão no que diz respeito à alegação de **não apreciação da defesa prévia** pelo juízo da ação penal de origem.

Tal alegação, contudo, não empresta efeitos infringentes aos embargos, tendo em vista a ausência de plausibilidade com o contexto dos autos.

Com efeito, o recebimento da denúncia ocorreu não só depois de apresentada a defesa prévia estabelecida no art. 55 da Lei 11.343/2006 como, ainda, **depois do interrogatório do réu**, demonstrando que o juízo **conheceu a tese defensiva** e, mesmo assim, formou sua convicção no sentido da idoneidade da peça acusatória.

Do exposto, não demonstrado qualquer cerceamento de defesa, acolho **os embargos para reconhecer a omissão do acórdão, sem efeitos infringentes**.

É como voto.

**SEGUNDA TURMA****EXTRATO DE ATA****EMB.DECL. NO AG.REG. NA MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 102.191**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

**RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA**

EMBTE.(S) : ALVARO MEDINA LOUZADA

ADV.(A/S) : MARIA EMÍLIA LOUZADA

EMBD.O.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, **acolheu** os embargos de declaração, **nos termos** do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 07.12.2010.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ayres Britto e Joaquim Barbosa. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador